

EUGENIA, EXAMES PRÉ-NUPCIAIS E A CONCEPÇÃO DE MATERNIDADE CIENTÍFICA

Thayná Soares de Almeida Vieira¹

Introdução:

O presente trabalho tem como objetivo discutir, sob a luz das questões de gênero, as propostas médicas de exame pré-nupcial, pensando de que forma o controle e a educação matrimonial, tidos como elementos centrais da eugenia brasileira, contribuíram para reforçar a condição cívica da mulher como agente central da procriação e da sobrevivência e melhoria das futuras gerações, o que se constituiu, nas primeiras décadas do século XX, na concepção de maternidade científica². Visto que a mulher, enquanto mãe e geradora da criança que viria a ser o “futuro da nação” era figura central nas preocupações médicas e eugênicas, no contexto em questão, o corpo feminino foi cientificamente acessado em meio a uma conjuntura de disputas políticas, servindo assim como base constitutiva da construção da diferença sexual, uma vez que a eugenia matrimonial esteve intensamente ligada às questões de nação e gênero vinculando-se ao discurso da construção da identidade nacional (Castañeda, 2003).

Para aprofundar o argumento proposto e demonstrar que a prescrição eugênica de exame pré-nupcial, circunscrevendo um controle da reprodução, se voltava principalmente para o corpo e a sexualidade femininos sob o pretexto de melhoria da sociedade reforçando a centralidade e a responsabilidade das mulheres no que tange à geração do filhos, (Toledo; Vimieiro, 2018) será utilizado como fontes primárias alguns artigos do periódico Boletim de Eugenia dos anos 1929 – 1933³.

Origens Estruturais e Sociais da Eugenia

¹ Mestranda em História das ciências e da saúde (PPGHCS/COC/Fiocruz). Email: thaynasoaresalmeida@gmail.com

² Será adotado aqui o conceito de maternidade científica formulado por Rima Apple (1987), qual seja, o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos.

³ Todas as publicações do Boletim de Eugenia utilizadas neste texto se encontram digitalizadas e disponibilizadas no site do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugenismo)

XIX Encontro de História da Anpuh-Rio
História do Futuro:
Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica

21-25 | Setembro | 2020



Em 1869, com o lançamento do livro *Hereditary Genius*, Francis Galton, buscando provar que a inteligência humana e suas habilidades eram funções que derivavam da hereditariedade e não da educação e do meio, dá início às discussões sobre fiscalização da reprodução humana e a atribuição da seleção humana na perpetuação das “boas gerações”. Com essa produção, Galton inaugurou o conjunto de ideias que, em 1883, foi denominado como eugenia: “a ciência da hereditariedade humana” (Souza; 2019).

No Brasil, a eugenia foi inserida como uma resposta à preocupação das elites políticas e intelectuais com o mau estado de saúde da população, das condições sanitárias e da composição racial da nacionalidade. Dessa forma, os preceitos eugênicos no Brasil foram integrados aos projetos políticos e científicos que objetivavam produzir uma ampla reforma social, nos quais a eugenia teria como função melhorar o aspecto físico, moral e mental da “raça nacional”. (Souza; 2008).

A própria condição de “ser brasileiro” era interpretada internacionalmente em termos deterministas. Dessa forma, o desejo de retirar o Brasil do atraso civilizacional contribuiu para que alguns intelectuais brasileiros procurassem construir um pensamento que possibilitasse reformular algumas ideias sobre o Brasil e a identidade nacional. Estes então buscaram formular um pensamento independente, denunciando ideias deterministas, em que o Brasil passasse a ser entendido como uma nação cujo os problemas não se definissem pelo clima e pela raça (Hochman; Trindade, 1996), e sim pelo abandono, o isolamento e as doenças, havendo assim uma reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição brasileira (Souza, 2008).

Observa-se então a mudança de uma interpretação determinista da condição de ser brasileiro para uma interpretação médico-sanitarista, em que a ciência demonstrava que o atraso do país estava intrinsecamente relacionado às doenças e a falta de saneamento. O movimento eugênico brasileiro se caracterizou então pela adoção de medidas menos radicais, ligados às políticas de saneamento, higiene, educação e outras ações de melhoramento das condições do meio (Souza, 2016), permitindo a muitos brasileiros afirmar que “sanear é eugenizar”.

O movimento eugênico brasileiro derivava de ideias neolamarckianas e, sob influência sobretudo da medicina francesa, deixou um pouco de lado a centralidade da genética mendeliana, teoria que embasou a eugenia nos Estados Unidos, por exemplo (Kevles, 2004:41). De acordo com Stepan (2005), a adesão de uma eugenia neolamarckista, das quais as concepções se baseavam na herança dos caracteres adquiridos do meio, foi decisiva para a aplicação de um modelo menos radical de eugenia. Os neolamarckistas, segundo Souza (2016), sustentavam uma “eugenia preventiva”⁴ como caminho para o melhoramento das futuras gerações.

Entretanto Souza (2016) chama atenção para o fato de que os movimentos eugênicos não eram homogêneos fazendo com que, apesar desse enquadramento da eugenia brasileiro como uma variante da eugenia latina neolamarckista proposta por Stepan (2005), houvesse uma defesa, por parte de alguns eugenistas, de medidas mais radicais de “eugenia negativa”, sobretudo em relação ao controle matrimonial e a esterilização eugênica. Com relação ao controle matrimonial destaca-se a proposta de exame pré-nupcial.

A defesa do Exame Pré-Nupcial enquanto medida eugênica

A proposta do exame médico pré-nupcial visava impedir uniões entre indivíduos considerados degenerados e era considerado pela maioria dos eugenistas, um importante meio para se obter o melhoramento racial fazendo com que a obrigatoriedade do exame fosse uma necessidade imprescindível (Peixoto, 2017). Em linhas gerais, os eugenistas defendiam que todos aqueles que pretendessem se casar deveriam passar por um exame médico no qual seria avaliada a saúde dos nubentes, ou seja, verificaria se estes estariam aptos para formar uma prole forte. Neste caso, um atestado comprovando sua sanidade física e mental deveria ser apresentado como um dos documentos necessários para a

⁴ As medidas eugênicas eram classificadas como “preventiva”, “positiva” e “negativa”. A “eugenia preventiva” consistia em combater os “venenos raciais” responsáveis pela degeneração humana, como o álcool e o tabaco; bem como praticar a higiene e o saneamento em todos os seus aspectos. A “eugenia positiva” estava baseada, sobretudo na educação higiênica. Já a “eugenia negativa” abrangia medidas como a regulamentação do casamento, a segregação e a esterilização; é responsável também pela formulação de leis que restrinjam a imigração.

XIX Encontro de História da Anpuh-Rio
História do Futuro:
Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica

21-25 | Setembro | 2020



realização do casamento civil. No entanto, aqueles que fossem portadores de algumas doenças teriam o casamento vetado temporariamente ou em definitivo.

A proposta do exame pré-nupcial era pautada por princípios de higiene e hereditariedade. A retórica eugenista argumentava que impedir que portadores de doenças transmissíveis ou hereditárias se casassem era justificável pois estes só poderiam gerar uma prole com as mesmas condições, ou seja, uma geração de indivíduos fracos e doentes que em nada contribuiriam para o avanço nacional (Peixoto, 2017). Desta forma, os argumentos que justificavam esta medida eram supostamente de ordem biológica, higiênica e moral (Delfino, 1929, p. 2).

De acordo com seus defensores seria preciso fazer com que a sociedade entendesse o quão era importante conhecer não só a “moral” de um indivíduo, mas também se este possuía algo “físico” que pudesse comprometer a saúde do outro – em caso de doenças contagiosas – ou de sua descendência por meio de males congênitos, hereditários. Sem que fossem observadas essas condições, o casamento poderia transformar-se, segundo os eugenistas, numa fonte de infelicidades, além de, é claro, desauxiliar no aprimoramento racial, uma vez que dessas uniões nasceriam filhos fracos e débeis.

O periódico *Boletim da Eugenia*, dirigido pelo médico eugenista Renato Kehl, o primeiro jornal voltado especificamente para a abordagem da eugenia na América Latina, tinha por objetivo “*auxiliar na campanha em prol da eugenia entre os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam, também, orientar-se sobre o momento assunto*” (Kehl, 1929, p.1). Constantemente presente nas discussões eugênicas, o exame pré-nupcial foi abordado em várias edições do Boletim de Eugenia. Consultando todas suas publicações, encontramos treze artigos e pelo menos três anúncios tratando especificamente do tema.

Em seu primeiro ano, em um resumo publicado pelo prof. Luis Huerta da conferência intitulada “*eugenia e procriação*” do médico Sebastian Recasens na inauguração do 1º Curso Eugênico Espanhol, é defendido:

“Há de se chegar ao casamento eugênico. O casamento se faz por interesse ou por amor, sem pensar nos filhos que virão. Em alguns países já se implantou o certificado médico, e se



dictaram leis proibitivas para impedir casamentos disgênicos” (Boletim de Eugenia, Ano I, nº 4, abril. 1929)

Buscando evidenciar que a sociedade em geral apoiava tal medida eugênica e que não só médicos e eugenistas eram partidários da obrigatoriedade do exame o Boletim de Eugenia transcreveu uma carta publicada no jornal *O Globo*⁵, assinada como “um pai” que justificava a importância e necessidade do exame. O autor não via maiores problemas na obrigatoriedade do exame e questionava: “Porque não se há de obrigar os rapazes e as moças que desejam se unir e constituir um lar, a ouvir os conselhos dos médicos e seguir esses conselhos, afim (sic) de prepararem o seu físico à constituição de um lar sadio?”. Visto que, em sua opinião, os jovens quando estavam buscando um casamento se deixavam levar e serem por movidos pelo amor e a paixão, deixando de lado as questões referentes a saúde. E, para que os apaixonados não agissem por impulso e de modo irracional o Estado deveria ter a “autoridade para impedir as loucuras dos apaixonados”, ou seja, por meio do exame pré-nupcial obrigatório.

Os casamentos que visavam apenas riquezas materiais tornaram-se condenáveis. O ideal era que os indivíduos fortes, belos e sadios se casassem e constituíssem sua família com pessoas detentoras das mesmas características. Kehl aconselhava que as pessoas a se casarem com aqueles que tivessem a mesma classe social, evitando sobretudo, se casar com um indivíduo de classe inferior, pois em sua opinião não haveria harmonia duradoura entre casais de condições diferentes. Numa entrevista Kehl dizia: “[...] quem casa, precisa de harmonia, de boa convivência, de casa, de alimento, e de estar sempre prevenido, pecuniariamente, para atender aos imprevistos domésticos”.

Também sobre essa questão da boa escolha dos nubentes dois livros de autoria de Kehl foram destaque no período da década de 1920: *Como escolher um bom marido*, de 1924; e *Como escolher uma boa esposa*, de 1925. Ambos tinham como público-alvo jovens que estavam buscando constituir família. Neles é possível observar o perfil que era considerado saudável para as relações entre homens e mulheres. Segundo o autor, a obra tinha por objetivo impedir casamentos que pudessem proliferar doenças tidas como

⁵ O Globo em 1926 iniciou uma campanha em prol do exame pré-nupcial. Durante aquele ano foram entrevistados vários médicos e estes faziam apologia implantação do exame, destacando sua importância para o aprimoramento racial e avanço do país. (Peixoto, 2017)

as “mais ameaçadoras, tanto para os pais, quanto pra os filhos”, como, por exemplo, a “tuberculose, as doenças venéreas e as doenças mentais”. Em ambos os livros, Kehl destaca que o ideal, para que se escolha adequadamente um “bom partido”, é que haja a realização do “exame anti-nupcial dos nubentes, procedido por médico idôneo”, para que se possa evitar o nascimento de proles degeneradas, que pudessem pôr em risco o futuro da nação.

Visto que a efetuação do exame dependia da realização dos casamentos civis, é possível afirmar que o casamento passou a representar a moralidade, civilidade e bons costumes, uma vez que se entendia que para se casar era preciso se ater a um compromisso com a raça e o Estado (Peixoto, 2017). Do ponto de vista higienista, a escolha do cônjuge e a função do casamento giravam em torno do objetivo de obter filhos fortes e saudáveis. Nesse sentido, a identidade da mãe moderna foi cunhada visando o progresso e a viabilidade da nação, fazendo com que a maternidade saísse da esfera privada e adquirisse um caráter patriótico (Freire, 2008).

A mãe moderna e a concepção de maternidade científica

A eugenia teve como foco mulheres ao redor do mundo por conta do seu status como mães de família, nação e futuro (Toledo; Vimieiro, 2018) e os exames pré-nupciais, ao enfatizarem a busca pela boa descendência da prole reforçavam essa condição.

Segundo Scott (1990), o gênero deve ser entendido como uma forma primária de dar significado às relações de poder. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido questionado, concebido e legitimado, referenciando e estabelecendo a oposição homem/mulher. Pôr em questão esta forma de dominação, alterando quaisquer dos seus aspectos, gera uma ameaça ao sistema por completo. Logo, pensar a respeito do gênero no contexto de disseminação de políticas eugênicas se torna fundamental. O gênero era importante para a eugenia por que era pela reprodução sexual que ocorriam a modificação e a transmissão da conformação hereditária das gerações futuras (Stepan, 2005). Assim, as reformas eugênicas trabalharam muitas vezes como forma de policiar os limites da moralidade o que se desdobrou em uma promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família. Dessa forma, os

médicos tomavam para si a tarefa de preparar as mulheres para o exercício da maternidade fazendo com que fosse acionado um novo modelo de maternidade científica.

A “mãe moderna” criada por esse discurso científico desempenharia uma função fundamental no surgimento da família moderna, pois ela teria como papel social a “nobre missão” de “usar e fazer ciência” (Freire, 2008). Ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do seu marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar. A casa e a família são consideradas como o lugar onde se forma o caráter das crianças, portanto daí a grande responsabilidade moral atribuída à mulher para o crescimento da nação.

Segundo Freire (2008), “os médicos reconheciam a existência universal do instinto maternal, mas consideravam-no insuficiente para o desempenho da maternidade conforme os novos padrões exigidos pela modernidade” o que fazia com que devesse ser aperfeiçoado pela educação e pela ciência. Dessa forma, “mais que pautar um determinado comportamento feminino, possivelmente os médicos reagem a práticas já adotadas pelas mulheres e empenhavam-se em controlá-las e justificá-las segundo a racionalidade da ciência” (Freire, 2008).

O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procurava persuadir “cientificamente” a mulher de sua tarefa natural de criação dos filhos, insistindo na relevância do papel da mulher para a “evolução” e elevação” da raça. Entretanto, as mulheres deveriam superar uma dimensão meramente instintiva da maternidade e acrescentar uma dimensão científica, de outros domínios além do biológico, alcançando um grau mais elevado de modernidade e civilidade sob supervisão médica. Ou seja, buscavam transformar as mães em aliadas dos médicos, sem que a autoridade destes fosse alterada.

Considerações Finais

A interpretação sobre a situação do Brasil adotada pelos eugenistas trazia consigo diversas soluções aos problemas nacionais, que se relacionavam tanto à busca de uma identidade nacional e quanto ao desejo de se “elear” a um modelo de civilidade europeu. Atentos com a questão da hereditariedade alguns eugenistas buscaram implementar medidas que supostamente iriam impedir a transmissão de uma dita “má descendência”. Dentre eles, destacou-se a proposta de exame pré-nupcial.

O Boletim de Eugenia foi um importante suporte para a divulgação de ideias e propostas eugênicas. O exame médico pré-nupcial obteve destaque nas páginas do periódico, ao lado de outras medidas consideradas fundamentais para o aprimoramento racial, como a questão da maternidade consciente. Buscando contribuir com a campanha em torno da regulamentação eugênica dos casamentos, o boletim frequentemente publicava artigos de eugenistas brasileiros e estrangeiros sobre o assunto, favorecendo, portanto, sua divulgação.

Como se pretendeu demonstrar, em nome do “bem da nação”, do progresso e do “futuro da espécie”, os eugenistas e médicos se sentiram legitimados a interferir nas escolhas individuais de um “bom marido” e de uma “boa esposa” por meio do discurso eugênico. Com isso, podemos perceber que a mulher era considerada como uma parte de grande importância para projeto de modernização proposto pelos médicos para a modernização da sociedade, visto que eram tidas como personagens centrais para que se garantisse a formação de proles sadias e o suposto aprimoramento racial, reforçando a imagem da mulher enquanto mãe e aliada dos médicos.

Referências

- CARTA de um pae. In: *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro. Ano I, nº 3, mar.
- CASTAÑEDA, L. A. “*Eugenia e casamento*”. História, Ciências, Saúde. Manguinhos. vol. 10(3): 901-30, set.- dez. 2003.
- DELFINO, Victor. “O attestado medico pré-nupcial”. In: *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro. Ano I, nº 12, dez. 1929.
- FREIRE, M.M.L. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. 2008, vol.15, suppl., pp.153-171.
- HOCHAMAN; TRINDADE. “Condenados pela raça, absolvidos pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República” In: MAIO; SANTOS. *Raça, ciência e sociedade*. Editora FIOCRUZ, 1996.
- Kehl, R. O nosso Boletim. In: *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro. Ano I, nº 1, jan. 1929.
- KEHL, R. *Como escolher uma boa esposa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925

KEVLES, Daniel. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. New York: Alfred A. Knopf, 1985.

PEIXOTO, Priscila Bermudes. “*Até que a eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)*”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2017.

RECASENS, Sebastian. Eugenia e procriação. In: *Boletim da Eugenia*. Rio de Janeiro. Ano n° V, n° 4, 1929

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2): 5-22, Dezembro, 1990.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 93-110, Dec. 2016.

_____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008.

_____. *Renato Kehl e a Eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D. (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. pp.331-391.

_____. “*A hora da eugenia*” raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed, Fiocruz, 2005.

TOLEDO, Eliza Teixeira de; VIMIEIRO, Ana Carolina. A Vida Sexual, de Egas Moniz: eugenia, psicanálise e a patologização do corpo sexuado feminino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, supl., ago. 2018, p.69-86

XIX Encontro de História da Anpuh-Rio
História do Futuro:
Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica

21-25 Setembro 2020

